

CAPÍTULO 18

GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA: RASTROS CULTURAIS QUE DIFICULTAM O DEBATE

Natalya Maria Marinho da Silva
Maria Aparecida Dias
Priscilla Pinto Costa da Silva

RESUMO

A inclusão de debates que envolvam questões sociais, dentre elas as questões de gênero e sexualidade, é uma necessidade latente dentro da sala de aula, com o fim de haver reflexões que ao serem geradas livrem o ambiente escolar de preconceitos, da cultura do machismo, da soberania entre corpos e da violência. O presente artigo tem como objetivo analisar os rastros culturais que dificultam os debates sobre gênero e sexualidade na escola. Para tal, a metodologia utilizada na pesquisa foi um levantamento bibliográfico e documental em plataformas, revistas, periódicos, onde foram consultados autores que estudam sobre o assunto, fazendo uma ligação com experiências pessoais e conectando às questões corporais e culturais da sociedade e de cada indivíduo. O assunto é bastante delicado e gera constrangimento não só para os alunos, mas para os professores que deveriam estar preparados para inserir os temas em sala de forma natural, utilizando-se da escola como grande aliada, onde o diálogo é o meio mais eficaz no combate as desigualdades de gênero e de sexualidade. É necessário criar o hábito de debater temas tão sensíveis, entretanto deve haver uma preocupação com a formação dos professores para que estes não despejem suas crenças e questões culturais sobre alunos e os impeçam da possibilidade de criar suas próprias percepções. Somente desta forma, trabalhando a comunicação com toda a comunidade escolar, fortalecendo a educação baseada na igualdade e no respeito, é que mudanças significativas poderão ser compartilhadas. A cultura a ser implantada e difundida é o respeito às diversidades.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade de gênero. Sexualidade. Escolas. Cultura.

1. INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero e sexualidade se fazem presente no ambiente escolar mesmo que este se coloque em uma posição insensível a tais temáticas. Perceber a escola como uma unidade que faz parte da sociedade e que este espaço é um local de vivências e existências de uma grande diversidade de alunos, dentre estas diversidades a de gênero e a sexual, impõe a escola a necessidade de debater / problematizar tais assuntos.

Enquanto recursos metodológicos para esse trabalho concilia-se a pesquisa documental e bibliográfica, de caráter qualitativo. Para isso, foram realizadas análises, a partir de leituras minuciosas e críticas sobre os estudos de autores que tem amplo conhecimento sobre a temática de gênero e sexualidade no campo educacional: Louro (2003), Cerqueira (2011), Arroyo (2000), Dinis (2011), Moreno (1999), Corsino e Auad (2012), dentre outros.

Requerendo para a pesquisa reflexão e compromisso a partir do conhecimento da situação e fundamentação dos temas em discussão, considerando o intuito de aprofundar e contribuir com o conhecimento já difundido sobre o assunto.

A educação não é uma ação neutra e a escola assim como seus conviventes devem respeitar a vasta diversidade humana. Infelizmente, o que se encontra na escola é uma disciplinarização de corpos, ditando normas e comportamentos do que culturalmente foi imposto, delegando atividades / práticas a determinados gêneros, devido a uma polarização entre meninas e meninos o que acaba por impedir uma aprendizagem intercultural entre estes. As práticas estereotipadas existentes na escola acabam por delimitar quem pode e quem não pode usufruir determinadas vivências, pois no meio social o corpo e o movimento são completamente ligados a um padrão que é norteado por comportamentos e representações sociais.

O corpo é a base da identificação como pessoa, faz parte da definição de ser de cada um, é nele que transparece o que se é e o que se sente. São muitas as possibilidades de significados do corpo, através dele e das vivências socioculturais é que, “define-se o que é - ou não - natural; produz-se e transforma-se a natureza e a biologia e, conseqüentemente, tornam-se história” (LOURO, 2003, p. 10). Apesar da liberdade teórica que permite desenvolvê-los livremente, o corpo envolve várias questões significativas envolvendo gênero e sexualidade.

Mesmo com os avanços nas discussões de gênero nos círculos educacionais, com o aperfeiçoamento metodológico oriundo da inclusão das categorias Gênero, Corpo e Sexualidade nos Temas Transversais (BRASIL, 1997), a prática precisa acompanhar a teoria, pois a realidade que a escola detém não é acolhedora para a maioria das pessoas que se encontram fora dos padrões impostos pela cultura dominante.

A escola, não é diferente de muitos outros locais da sociedade, e acaba por impor aos sujeitos a difícil tarefa de se enquadrarem dentro de um determinado padrão, o qual se não for respeitado é notadamente isolado. As práticas corporais são introduzidas desde criança por professores e podem, dependendo de como estes agem, privar as crianças da liberdade de escolha, ou mesmo de um desenvolvimento mais amplo. O papel do educador, independente da disciplina, é permitir a evolução de seus educandos através de ações pedagógicas que contribuam para que garotos e garotas sejam vistos e tratados de forma igualitária construindo suas práticas corporais indiscriminadamente. A realidade percebida ainda hoje, deve ser desconstruída a começar pelas práticas pedagógicas dos próprios docentes.

Diariamente no ambiente escolar facilmente presencia-se atos preconceituosos de gêneros, orientações sexuais e raças, entre estudantes e até mesmo entre docentes, seja por piadas, insinuações, ou até mesmo limitações de espaços de meninas e meninos,

comportamentos naturalizados que só reforçam o preconceito normalizando tais atitudes. Faz-se necessário a partir disso, uma dedicação partindo da gestão escolar para com seus docentes e discentes, de ações voltadas para tais temáticas na tentativa da desnaturalização de tais comportamentos, não apenas esperar por políticas públicas externas à escola.

Existem nos Projetos Políticos Pedagógicos Escolares ações voltadas para o combate à discriminação, à violência, pautas sobre diversidade de gênero e sexual, mas no dia a dia escolar ainda se vê a quadra como um espaço predominantemente masculino. Muitas vezes, alunos que desejam participar de eventos de dança sendo discriminados pelos colegas, pois na visão destes a dança é “coisa de menina”, ou meninas por muitas vezes, sendo impedidas de jogar futebol por alguns alunos pois na visão destas elas não têm habilidades suficientes e não jogam “como meninos”, alunos (as) homossexuais sendo motivos de piadas e “olhares atravessados” por parte dos colegas e até mesmo de alguns professores, sofrendo violências e se excluindo cada vez mais, dentre outras inúmeras situações do tipo.

O que se encontra no universo escolar hoje é um espaço em que tais assuntos são vistos como tabus. A gestão escolar com um olhar sensível para tudo isso, questionando e problematizando tais situações / comportamentos, trazendo debates e reflexões voltadas às temáticas englobando todos seus membros, pode ter mais êxito para tentar conscientizar toda a comunidade escolar na tentativa de, pelo menos, minimizar essa realidade que culturalmente impôs e normalizou tais atitudes. A partir desse pensamento, tem-se como objetivo deste estudo analisar os rastros culturais que dificultam os debates sobre gênero e sexualidade na escola.

2. A NECESSIDADE DOS DEBATES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

2.1 O silêncio que violenta

Alguns professores não se sentem preparados para tratar de assuntos relacionados a gênero e sexualidade e muitos ainda acreditam que estes são temas quem competem aos familiares. Quando um (a) professor (a) se isenta do debate sobre gênero e sexualidade em determinadas situações ou não o faz de maneira apropriada, este (a) contribuirá para a perpetuação da cultura do preconceito entre os estudantes. Pensando assim, Cerqueira (2011) aponta que “não podem pais ou professores fugir a função de educadores. Educa-se em outros setores, se lecionam outros assuntos e matérias, não podem fugir do imperativo de transmitir conhecimentos de ordem sexual” (CERQUEIRA, 2011, p. 261).

Discutir sobre sexualidade e gênero causa resistência ou constrangimento em grande parte das pessoas, mas os (as) professores (as)/ a escola não devem se esquivar de tais assuntos, pois seu papel é elucidar os assuntos desconstruindo preconceitos e tabus, respondendo às perguntas de forma simples, de acordo com a faixa etária dos estudantes, com a didática adequada, incluída cautelosamente no contexto escolar respeitando a todas as subjetividades inerentes a cada aluno (a), sem imposição de posições particulares.

Segundo Merleau-Ponty (2006, p. 216): “[...] um corpo não é percebido apenas como um objeto qualquer, essa percepção objetiva é habitada por uma percepção mais secreta: o corpo visual é subentendido por um esquema sexual, estritamente individual”. Em conformidade com o referido autor, as pessoas possuem um corpo estesiológico, um corpo vivo e sensível, o que permite reconhecer outros corpos, outras histórias, outras culturas, ultrapassando uma visão de um corpo utilitário para uma visão de um corpo que sente, que tem desejos, especificidades e percepções para novas atuações no mundo. Essa percepção não é uma consciência que “surge” no corpo, mas o corpo que permite sentir, vendo, vivendo e existindo.

Miguel Arroyo (2000), fala em seus estudos sobre a recuperação da corporeidade como aspecto da construção humana:

A educação dos corpos – não o seu adestramento e controle – merece maior atenção nos processos escolares. É uma das lacunas mais lamentáveis em nossa pedagogia. Recolocar o corpo na centralidade que ele tem na construção de nossa identidade e da totalidade da nossa cultura exige criatividade profissional de todos (ARROYO, 2000, p. 72).

O corpo que tem sentidos é também um corpo que possui desejos, subjetividades e que embora seja diferente dos demais em algum aspecto, este deve e precisa ser respeitado.

O olhar reducionista de alguns professores de que a sexualidade é um assunto privativo de cada um ou da família e que não deve ser falado em sala de aula, tem corroborado para inúmeras práticas homofóbicas na escola e fora dela, fíndando no abandono escolar de muitos destes alunos que acreditam de fato estarem fugindo do que é dito e concebido como “normal” e como único padrão a ser seguido e respeitado: a heteronormatividade.

Segundo Dinis (2011), as adolescentes travestis e as (os) adolescentes transexuais são as principais vítimas da evasão escolar, pois muito dificilmente conseguem concluir os estudos, estes (as) são forçados (as) a deixar a escola, já que possuem mais dificuldades em ocultar suas diferenças estando mais expostos à violência escolar, diferente dos (as) adolescentes gays e lésbicas. Juntamente a isso, a presente subjugação da sexualidade feminina em relação à

masculina nessa hierarquização de gêneros, acaba por reafirmar a conservação da mulher como “segundo sexo” em subordinação ao sexo masculino, como aponta Simone de Beauvoir (1980).

Existe uma dificuldade em trabalhar as questões voltadas à sexualidade relacionada à própria construção histórica de liberdade sexual para todos, onde ficou estabelecido culturalmente que desde os familiares até a escola não poderiam tratar tal assunto com a desenvoltura que merece, ficando regido por basilares impostos por sociedades essencialmente patriarcais, entretanto a escola precisa abraçar seu papel de conceber um espaço acolhedor das diferenças e difusor de debates e questionamentos.

Montserrat Moreno aponta que:

A escola tem marcada uma dupla função: a formação intelectual e a formação social dos indivíduos, ou seja, seu adestramento nos próprios modelos culturais. Porém, caso se limite a isto terá feito um pequeno favor a sociedade. Não será mais que um aparelho reprodutor de vícios e virtudes, de sabedorias e mediocridades. Sua missão pode ser diferente. Em lugar de ensinar o que os outros pensaram, pode ensinar a pensar; em lugar de ensinar a obedecer, pode ensinar a questionar, a buscar os porquês de cada coisa, iniciar novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e organizá-lo (MORENO, 1999, p. 17).

Comportamentos preconceituosos advindos de professores que já fazem parte das gerações menos arcaica e conservadora, são educadores com fácil acesso a inúmeras leituras sobre a temática de diversidade sexual, mas que em alguns momentos estão ajudando na formação de futuros cidadãos carregados de preconceitos e posturas ultrapassadas. Demonstrando dessa forma, que é preciso haver uma a implantação de mudanças neste universo formador dos professores.

É de grande importância que se venha refletir sobre o prejuízo que se pode causar a um aluno, que mesmo sem agressão física, sofra algum tipo de preconceito, ou por ser homossexual, ou por ser mulher, por exemplo, que se toma uma posição de não defender ou de não debater o assunto, é estar sendo conivente com tal preconceito, compactuando com uma eventual revolta e baixa autoestima deste estudante.

A escola como um espaço de formação humana pode além de formar, também deformar os sujeitos a partir do momento que não permite que seus alunos não sejam aquilo que aponte suas identidades. Por ser um espaço de convívio social a escola é um ambiente altamente propício para a desconstrução de preconceitos e estigmas que já estão tão consolidados.

A abertura para debates relacionados a gênero e sexualidade pode contribuir minimizando essa cultura de preconceito, visto que esta pode ser entendida como uma permanente construção histórica da relação entre o ser humano e seu entorno, na qual abrangem

diversas manifestações relacionadas a vários fatores como educação, crenças, artes, organizações sociais, comportamentos etc. A cultura, todavia, pode ser produzida, reproduzida e transformada com o passar dos tempos. Faz-se necessário essa transformação para uma cultura de tolerância, respeito e tratamento igualitário para todos.

Nas aulas de Educação Física, a presença do tratamento diferenciado entre meninas e meninos é muito latente. Algumas meninas, mesmo tendo habilidades suficientes para a prática de maneira igualitária com os meninos, são sempre vistas por eles como inferiores, o que por muitas vezes são intimidadas pelo simples fato de serem meninas: “Os/as alunos/as aceitam pessoas de outro sexo nas atividades, mas, ainda assim, ao perceberem algum erro por parte das meninas, referem-se a elas com palavras que representam as hierarquias de gênero estruturadas em nossa sociedade” (CORSINO; AUAD, 2012, p. 82-83).

Essa expectativa criada por parte dos meninos ao compartilharem do mesmo espaço com as meninas em práticas esportivas acarreta sentimentos de desânimo e receio por parte de alunas em participarem de determinadas atividades por medo de uma possível hostilidade por parte dos meninos. Por situações como essa que é de extrema necessidade a problematização por parte dos docentes em momentos como esse, pois o professor ao silenciar diante de tal problema apenas legitimará e compactuará com tal desigualdade contribuindo para a perpetuação da exclusão das alunas nas aulas.

Os diálogos em espaços formativos como as escolas não podem ser negligenciados, isto porque, devem ser considerados essenciais para a formação de uma sociedade com igualdade de gênero e acima de tudo que conserve o respeito mútuo entre todos.

2.2 Os tabus enraizados em salas de aula

Os professores muitas vezes podem repassar valores encontrados e enraizados na sociedade através de sua prática pedagógica. A ausência de conhecimento aprofundado ou de uma formação continuada por parte dos docentes acarreta por muitas vezes esses professores silenciarem tais assuntos ou por possuir uma postura também preconceituosa (mesmo que não intencionalmente, como, por exemplo, nas aulas de Educação Física separar meninos de meninas), ou ainda, por achar que são temas irrelevantes naturalizando tais comportamentos por parte dos alunos.

Existem lacunas nos cursos de formação de professores em relação às questões de gênero e sexualidade. Seria de grande relevância diante do atual cenário escolar, arraigado de preconceito e discriminação tanto por parte dos alunos como de professores, disciplinas

obrigatórias que contemplassem tais assuntos. É preciso que professores superem a resistência em tratar das temáticas, assim como das desigualdades existentes no ambiente escolar que ocasionam violência não só física como psicológica dentro da escola e fora dela.

Culturalmente, por influências religiosas e das ciências naturais, a sexualidade era percebida como algo concebido naturalmente e que existiam padrões do que “seria normal” ou não, nesse contexto a heterossexualidade era dita como normal e quem não se encaixasse nesse padrão era visto como desvio de comportamento / anormalidade. Essa cultura, mesmo com o grande avanço dos debates acerca do assunto, ainda se faz presente em espaços escolares, e ainda mais grave, pensamentos estes ainda são reproduzidos por professores.

Os debates sobre a equivocada expressão “ideologia de gênero” vêm ganhando força nos últimos tempos, mas tiveram seu início através de correntes religiosas nos anos 90 e possuem a intenção de deslegitimar discussões acerca de gênero e sexualidade, principalmente no âmbito escolar. Por que o termo “ideologia de gênero” é equivocado? Porque a palavra ideologia representa um conjunto de valores políticos para nortear comportamentos. Quando se fala “questões de gênero” se explicita sobre práticas que culturalmente foram impostas ao sexo feminino (atividades domésticas como zelar pela limpeza da casa, o cuidado com os filhos) e ao sexo masculino (ser o responsável pelo trabalho do sustento da casa). Através de estudos constata-se que essas concepções foram formadas em cima de condutas que foram se “normalizando” com o passar dos tempos, mas não por incapacidade biológica de homem ou mulheres. Sabe-se que um homem, corporalmente falando, é plenamente capaz de varrer uma casa e lavar roupas, assim como também qualquer mulher é capaz de trabalhar fora de casa para garantir o sustento da sua casa.

Os grupos mais conservadores utilizam erroneamente o termo “ideologia de gênero”, para tentar intervir contra assuntos que debatam sobre gênero e sexualidade no campo educacional, pois acreditam que tais temáticas podem destruir a moral e os bons costumes da família. Um dos fatores que também causa receio nestas pessoas ao se falar de gênero e sexualidade na escola, é a possibilidade de “estimular” os estudantes à homossexualidade, pois veem a heterossexualidade como maneira e forma única de ser. Entretanto, as questões de gênero e de sexualidade são particulares de cada ser humano e não estão ligados somente à homossexualidade.

Na escola o que é discutido de maneira rasa são assuntos que abordam: racismo, homofobia, machismo, por exemplo, e esses assuntos foram vistos como tabus durante muitos

anos dentro da sociedade brasileira, hoje, mesmo observando todas as conquistas legais e sociais, vê-se ainda que muito desta luta diária é visto como “vitimismo”, termo mais atual para esconder o preconceito e a falta de compreensão com a vivência alheia.

Certa vez, eu estava em sala de aula, em uma turma de 6º ano explicando o conteúdo de jogos populares e uma assistente de sala estava presente auxiliando um aluno com deficiência. Ao questionar os alunos sobre o que seriam os jogos populares, um deles exemplificou com um jogo conhecido entre os estudantes, e a assistente o interrompeu dizendo que aquele não era um jogo que os alunos deveriam ter acesso e me questionou perguntando se eu conhecia e se eu já teria visto “as cores” do jogo, que representavam as cores da bandeira LGBTQIA+ (movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para essa população, esse movimento é representado pelas cores do arco-íris) e reafirmando em alto e bom som que o movimento LGBTQIA+ estava querendo “destruir” as famílias. Posteriormente ela me enviou, em um aplicativo de celular, um vídeo religioso condenando o uso do brinquedo pelas crianças, pois não era algo “normal” e que os homossexuais estavam “invadindo” os lares das famílias através das crianças. Ao expor o seu pensamento completamente preconceituoso, percebi a troca de olhares entre alguns alunos e um silêncio extremamente constrangedor tomou conta da sala, pois inúmeros alunos (as) presentes tinham o jogo ali, em suas mochilas.

Nesse contexto, vê-se que temáticas como gênero e sexualidade devem ser pauta no ambiente escolar, pois diariamente nas práticas pedagógicas, são vividos momentos repletos de convicções pautadas em fundamentações religiosas, que estabelecem espaços e comportamentos identitários. Essa delimitação de direitos e espaços inicialmente é disputada entre os que seguem o padrão considerado “normal”, e aqueles espaços restantes dessa disputa, até então desigual, é o que se destina aos que fogem do padrão.

É necessário repensar as práticas e os grupos sociais que são considerados norteadores do que se julga correto e padrão a ser seguido, que por estarem em uma posição privilegiada acabam por segregar os considerados “diferentes”. Estabelece-se uma supremacia do homem branco, heterossexual, cristão, enquanto a mulher é vista como subjugada ao homem e os homossexuais como seres “desviados”.

As práticas pedagógicas podem e devem ser desenvolvidas para trabalhar os temas mais diversificados dentro das salas de aula, temas estes como os apresentados neste estudo. Podem ser utilizados vários meios didáticos para tal fim, como apresentação de filmes, conexões com histórias e vivências pessoais dos próprios alunos, inclusão de palestras, oficinas, exposições e

outras práticas adequando cada prática a faixa etária dos (as) alunos (as) com o objetivo de conscientizar os mesmos e alguns professores, aqueles que carregam consigo preconceitos que foram construídos no decorrer de suas trajetórias.

Trabalhar estas questões, incluindo-as no ambiente escolar e tratando-as como dentro da normalidade atual, trará mudanças significativas no combate a estes tabus, além de desenvolverem competências e habilidades de comunicação e convivência entre os estudantes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater sobre questões de gênero e sexualidade na escola é uma necessidade e o caminho mais rápido para quem sabe erradicar os preconceitos e evitar as desigualdades vistas nestes ambientes educacionais. Nesta pesquisa buscou-se analisar os rastros culturais que dificultam os debates na escola, que é um espaço marcado por aspectos culturais reguladores de comportamentos, pautados em preconceitos que foram construídos historicamente. Esse controle de corpos que infelizmente se faz presente, ora explicitamente, ora implicitamente, já vem sendo discutido em várias esferas sociais e se faz necessário discuti-lo ainda com mais vigor, pois, o respeito às diferenças e subjetividades de cada ser, é hoje uma ação de caráter emergencial diante de tantos crimes de violência contra a mulher e contra as pessoas que não se veem na heterossexualidade.

É preciso um olhar mais sensível na formação inicial de professores que os informem, instruem e os preparem com as habilidades adequadas para tratar tais assuntos, já que muitos não se sentem preparados ou carregam consigo marcas culturais preconceituosas, os bloqueando para um olhar mais plural ao lidar com tais questões.

As mudanças devem se iniciar com melhores condições de formação dos professores para a desconstrução de possíveis limites culturais que possam ocorrer, sabe-se que somente a informação pode trazer novas perspectivas para deslegitimar preconceitos enraizados. Além disso, os docentes devem ser preparados para preencher as lacunas que as desigualdades provocam no dia a dia escolar. Com uma formação mais completa neste contexto, as maneiras de manifestar ações de inclusão irão se espalhar nas práticas pedagógicas e estarão presentes nos diversos espaços escolares com possibilidades de debates abertos.

Sabe-se que a evasão escolar está presente na realidade das escolas públicas brasileiras, e muitos abandonam seus estudos por não sentirem que a escola é um local que se sintam bem. O ambiente escolar é um espaço de construção de pensamentos, ideias, identidades e por ser um dos primeiros lugares que as crianças e adolescentes criam laços, é muito importante o

desenvolvimento de práticas pautadas pelo bem-estar destes. Com um ambiente hostil às suas identidades individuais, aqueles que puderem, irão se afastar da escola e como já é sabido, as consequências da evasão escolar são extremamente devastadoras aos próprios alunos e à sociedade.

O papel social da escola e dos professores é difundir a igualdade dentre seus alunos, discutindo abertamente quaisquer situações que possam aparecer. Não há espaço para barrar o debate de assuntos que ferem a identidade individual de alguns alunos por questões culturais ou preconceituosas. O caminho é sensibilizar os alunos para serem tolerantes e respeitosos independente das escolhas ligadas à individualidade do outro ser humano. Sabe-se que devido às vivências de todos, e o antigo entendimento sobre o masculino e feminino ao longo da vida dos (as) professores (as), é difícil alterar estes padrões, tornando complexas tais mudanças, porém a construção de discursos e ações contra o machismo, a homofobia, e qualquer forma de discriminação e preconceito, deve ser respaldada pelo diálogo.

A perspectiva das discussões de gênero e sexualidade é um aspecto importante que deve ser considerado como essencial para a construção de vida dos alunos e este deve ser pautado também na formação da carreira do próprio docente.

Para finalizar, infere-se que há uma urgente necessidade de busca por novas práticas de incentivo à inclusão de debates voltados aos temas de gênero e sexualidade no ambiente escolar, utilizando-se de ferramentas diversas para tentar minimizar os efeitos negativos infelizmente enraizados, que são trazidos com os tabus ainda tão presentes na escola e em outros espaços sociais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. Ofício de mestre. **Imagens e autoimagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo: **A experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: **introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CORSINO, L. N.; AUAD, D. **O professor diante das relações de gênero na educação física escolar**. São Paulo: Cortez, 2012.

CERQUEIRA, E. K. *et al.* **Sexualidade, gênero e desafios bioéticos**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 261.

DINIS, N. F. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**. n. 39. Editora UFPR. Curitiba, jan./abr. 2011. p. 39-50. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/21410/0>. Acesso em: 30.11.2021.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3^a.ed. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 216.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Coordenação Ulisses Ferreira de Araújo; tradução Ana Venite Fuzatto. – São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.